

Planejamento Conflitual na Cidade Olímpica: a experiência da Vila Autódromo, Rio de Janeiro

Fabício Leal de Oliveira; Fernanda Sánchez; Carlos Vainer

“Nous pourrions<...> nomer “utopie expérimentale” l’exploration du possible humain, avec l’aide de l’image et de l’imaginaire, accompagnée d’une incessante critique et d’une incessante référence à la problématique donnée dans le “réel” (Henri Lefebvre. 1961)

Car ce droit à la ville signifie bien sûr également une participation effective – conquise et non octroyée – des habitants et citoyens aux décisions et aux projets d’urbanisme. L’autogestion urbaine, concept novateur à l’époque, qu’il <Henri Lefebvre> est l’un des premiers à formuler et à défendre, et qui sera repris comme mot d’ordre dans les luttes urbaines des années 1970, constitue la base de ce droit à la ville, censé réaliser la « société urbaine » en devenir (Grégory Busquet, 2013)

Entre agosto de 2002, quando o município do Rio de Janeiro foi formalmente escolhido para sediar os Jogos Panamericanos de 2007 (Pan 2007), e agosto de 2016, quando os XXXI Jogos Olímpicos de Verão foram encerrados em cerimônia no Estádio do Maracanã, a cidade experimentou o que vem sendo chamado vulgarmente de “a era dos megaeventos”. Entre 2002 e 2016, além dos eventos citados, o Rio sediou o 5º Fórum Urbano Mundial de 2010, organizado pela UN-HABITAT, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), a Copa das Confederações de 2013, a XXVIII Jornada Mundial da Juventude de 2013, com a presença do Papa Francisco, e sete jogos da Copa do Mundo de 2014, entre eles a partida final.

Articulações políticas, mudanças institucionais e, especialmente, investimentos em infraestrutura e outros projetos urbanos geralmente envolvendo algum grande evento e, não raramente, grandes empreendimentos imobiliários, pipocaram em toda a cidade, gerando importantes conflitos sociais.

Com certeza, a estratégia de promoção da cidade por meio da realização de grandes eventos esportivos não era exatamente nova. Desde 1995, com a aprovação do primeiro

Plano Estratégico da cidade com assessoria da empresa catalã Technologies Urbanes S.A., uma articulação política envolvendo prefeitura e empresários cariocas (Vainer, 2000, p. 106) que Vainer chamaria mais tarde de “democracia direta da burguesia” (Vainer, 2016, p. 281) tinha como estratégia fundamental a realização das Olimpíadas de 2004 no município do Rio de Janeiro. Copiava-se, assim, a estratégia catalã que culminara na realização das Olimpíadas de 1992 em Barcelona e na realização de um conjunto de grandes obras de infraestrutura que buscavam afirmar a cidade no cenário europeu, apoiada em um agressivo marketing urbano, do qual muito se orgulhavam alguns dos seus promotores, como Manuel de Forn e Jordi Borja, principais nomes da consultoria à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Fracassada a tentativa dos anos 1990 (Atenas foi a cidade escolhida para sediar as Olimpíadas de 2004), a Prefeitura se dedicou a preparar sua candidatura aos Jogos Panamericanos de 2007 e às Olimpíadas de 2012, esta última eliminada pelo Comitê Olímpico Internacional em 2004. Em 2007, com a oficialização do Brasil como país sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014, e, em 2009, com a indicação do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, o sonho acalentado nos anos 1990 finalmente se realizava¹.

A realização desses eventos implicou a concentração de investimentos públicos federais e estaduais no Rio de Janeiro e uma série de investimentos públicos municipais direta ou indiretamente ligados aos eventos, especialmente quando justificados como fundamentais para a promoção da cidade em um período de tanta exposição internacional. É o caso, por exemplo, do Projeto Porto Maravilha, um empreendimento imobiliário realizado por meio de uma parceria público-privada, envolvendo a renovação urbana da antiga área portuária da cidade e uma pequena parte do Centro da cidade.

Hoje, os impactos financeiros e socioambientais da Copa do Mundo no Brasil e das Olimpíadas no Brasil no Rio de Janeiro são melhor conhecidos. A implementação dos grandes projetos urbanos incluídos nos pacotes das candidaturas aos eventos esportivos e de promoção da cidade – como as obras de construção de estádios, a implementação

¹ Essa epopeia é narrada de forma apologética nos documentos oficiais dos governos federal e municipal sobre os legados do Pan2007 e das Olimpíadas 2016 e, de forma crítica, por diversos autores como Eduardo Nobre, Gilmar Mascarenhas, Giselle Tanaka, Glauco Bienenstein, Nelma Gusmão de Oliveira, além dos autores deste artigo em outros trabalhos aqui citados.

de grandes corredores viários e novos sistemas de transporte e grandes empreendimentos imobiliários que se articulam a essas iniciativas – implicou dívidas ainda hoje não pagas, a remoção de dezenas de milhares de pessoas e, segundo muitos autores, o aumento das desigualdades sociais (Oliveira et al, 2019; Sánchez et al, 2016). Conflitos sociais se multiplicaram opondo associações de moradores afetados, articulações sociais, movimentos de luta pela moradia, grupos acadêmicos, organizações não governamentais de direitos humanos, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, alguns sindicatos e outros múltiplos apoiadores contra os promotores dos megaeventos: o Poder Público (especialmente, a Prefeitura Municipal) e seus parceiros privados - grandes empreiteiras de obras públicas, incorporadores imobiliários e grandes proprietários fundiários, grande mídia corporativa -, turbinados pelos interesses empresariais internacionais que constituem o que se poderia chamar de indústria global dos megaeventos². Embora, na grande maioria dos casos, os resultados desses embates tenham sido desfavoráveis aos moradores de baixa renda atingidos, muitos conflitos detonaram novas dinâmicas, propiciaram a emergência de novos sujeitos coletivos e alianças, e, ocasionalmente, novas estratégias de luta em um conturbado contexto político e econômico nacional. A partir da eleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, para um segundo mandato presidencial, abriu-se um período de intensa ofensiva das forças mais conservadoras, que aproveitaram a grave crise econômica e a fragilidade da aliança governamental para levar adiante o processo que conduziria, em 2016, ao golpe parlamentar que destituiu a presidente eleita.

Como mostram pesquisas recentes (Tanaka et al, 2016 e 2018; Vainer et al, 2016; Sánchez et al, 2016a e 2016b; Oliveira et al, 2019), alguns assentamentos populares ameaçados de remoção (seja pelos megaeventos ou por outros empreendimentos e iniciativas do poder público em cooperação com empresas privadas) desenvolveram estratégias que envolviam não apenas resistências, mas ações e iniciativas que projetavam futuros alternativos à destruição programada, quase sempre apresentada e aceita como inevitável. Ao invés de limitar a resistência à necessária reivindicação de ações de mitigação ou indenização justa, movimentos de luta por moradia, articulações sociais, associações de moradores e pesquisadores produziram dossiês com o levantamento e sistematização de informações, laudos técnicos que confrontavam

² Muitas vezes, a mesma empresa se apresentava como empreiteira, incorporadora e proprietária fundiária em articulações envolvendo algumas das maiores empresas do país, como é o caso do grupo Odebrecht.

estudos das prefeituras, festas e outros eventos comunitários voltados para a ampliação do reconhecimento dos valores compartilhados pelos moradores ameaçados (especialmente com relação à valorização do lugar do moradia e do convívio comum) e, também, ações de planejamento: planos e projetos urbanos que desafiavam os projetos do poder público e seus parceiros. Entre os exemplos recentes, podem ser destacados, no Brasil, os processos que envolveram a elaboração do Plano Urbano de Dandara (2008-2014), o Plano Popular Alternativo da Favela da Paz (2012-2013), o Projeto de regularização cadastral, fundiária e urbanística do Horto (2006-2011), o Plano Popular da Vila Autódromo (2011-2016) ou o Plano Popular das Vargens (2016-2018), os três últimos no Rio de Janeiro (Oliveira et al, 2016; Tanaka et al, 2016; 2019)³.

Estas iniciativas têm, com certeza, história bem diversa daquela que culminou na produção de planos comunitários nos Estados Unidos da América e nas resistências ao urbanismo autoritário de Robert Moses em Nova Iorque, onipresentes na literatura crítica sobre planejamento radical e insurgente (Jacobs, 1961; Davidoff, 1965; Angotti, 2007). Tampouco podem ser interpretadas apenas por meio das lentes da crítica internacional que se debruçou sobre a insurgência de moradores no chamado Sul Global, desde James Holston (1998), com suas observações sobre um possível “urbanismo insurgente” nas favelas brasileiras⁴, até Faranak Miraftab (2009, 2016) com suas pesquisas na África do Sul e Indonésia. As diversas raízes do planejamento comunitário/insurgente brasileiro podem ser observadas, especialmente, nos projetos de urbanização de favelas e autoconstrução coletiva de moradias de baixa renda no Rio de Janeiro e São Paulo nas décadas de 1960 a 1980 (Bonduki, 2013; Tanaka, 2017) ou no planejamento de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), especialmente a partir dos anos 1990 (Faria; Pontes, 2016) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no início dos anos 2000 (Vainer, 2003), entre outras iniciativas.

³ Dandara foi o nome dado à ocupação planejada de uma área de 31 hectares, na cidade de Belo Horizonte, realizada por uma articulação de movimentos sociais (Mayer e Lourenço, 2016); a elaboração de um plano popular alternativo foi uma das estratégias de resistência da Favela Vila da Paz, ameaçada de remoção pelas obras de construção de um estádio da Copa do Mundo 2014 em São Paulo (Santo Amore et al, 2016); o Projeto de Regularização do Horto florestal foi elaborado em apoio à permanência de uma localidade de baixa renda ameaçada por interesses imobiliários respaldado por justificativas ambientais; o Plano Popular da Vargens foi elaborado por uma articulação social em contraposição a projeto de lei da Prefeitura do Rio de Janeiro que estimula a promoção imobiliária em área de grande fragilidade ambiental.

⁴ Uma crítica à adoção do termo com referência às favelas cariocas pode ser consultada em Tanaka et al, 2018.

A partir de pesquisas realizadas entre 2011 e 2019, Tanaka et al (2019) identificaram uma série de conflitos sociais no Rio de Janeiro no período. Tomando como base o Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro⁵, foi possível levantar e acompanhar eventos organizados por movimentos sociais de luta pela moradia no Rio de Janeiro e, particularmente, do envolvimento direto na assessoria a moradores ameaçados de remoção para a implementação de projetos ligados direta ou indiretamente às Olimpíadas.

Neste artigo, buscaremos apresentar o que chamamos de “planejamento conflitual”, a partir de uma reflexão sobre o processo de elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo e sua contribuição para a luta contra a remoção de moradores ameaçados pela construção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, principal concentração de equipamentos esportivos das Olimpíadas 2016. Nosso tema é o conflito social e seu lugar e papel na dinâmica da vida social. Mais especificamente, nosso tema é o conflito urbano e seu papel e lugar na vida urbana, assim como as possibilidades e limites de práticas de planejamento em contexto de conflito.

Inicialmente, discutimos o lugar do conflito na teoria social e o embate entre as visões que enfatizam o lugar das práticas de prevenção e mediação de conflitos como nova tecnologia social e as leituras críticas que apresentam o conflito como algo virtuoso e potencialmente construtor de novos sujeitos coletivos, novas forças sociais e novas possibilidades históricas. A noção de planejamento conflitual se constrói a partir dessa discussão e visa contribuir para a análise de determinadas experiências de planejamento produzido fora do Estado, considerando, de forma particular, a especificidade de um processo onde o contexto e a natureza do conflito e “a emergência da situação condiciona o método, o tempo de elaboração e demais aspectos do processo de planejamento” (Vainer et al, 2013, p. 60).

A seguir, após uma breve discussão sobre os processos de planejamento popular no Brasil, nos debruçamos sobre o processo e o conteúdo do Plano Popular da Vila Autódromo, seu lugar nas estratégias de luta dos moradores ameaçados de remoção, seus principais dilemas e questões em diálogo com a literatura crítica brasileira e internacional.

⁵ De acordo com o sítio na Internet, o “Observatório de Conflitos Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro “registra e divulga manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações” (ver em <http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/observa2019/fox/index.php>).

Conflito e Planejamento Conflitual

Nos últimos anos difundiram-se na América Latina concepções, modelos e tecnologias que afirmam e buscam implementar práticas de promoção do que se chama de “prevenção e mediação de conflitos” ou, na tradução do inglês, “resolução negociada de conflitos” (“conflict resolution”). Tendo como referência fundadora a obra de Fischer e Ury (1981), da Harvard University⁶, começaram a surgir cursos de formação de mediadores de conflitos, muitas vezes chamados de “facilitadores”. Na área jurídica, importantes segmentos se pronunciam a favor de mecanismos de prevenção, mediação e arbitragem de conflitos à margem do sistema judiciário institucional-estatal. Mediação, negociação e arbitragem aparecem como a alternativa, finalmente encontrada, para os processos de um sistema judiciário estatal acusado de lento, ineficiente e custoso, em analogia às acusações feitas às empresas estatais públicas como pretexto para os processos de privatização que estavam nas cartilhas do Banco Mundial e do FMI desde os anos 1980⁷.

Prevenir significa, em primeiro lugar, “prever, ver, conocer de antemano o com anticipación um daño o perjuicio, precaver, evitar, estorbar o impedir algo, anticiparse a un inconveniente, dificultad u objeción, disponer com anticipación, preparar de antemano para algo” (Real Academia Española, 2019). Prevenir conflitos implica, pois, a suposição de que eles são portadores de danos ou prejuízos, estorvos e inconvenientes que devem ser precavidos e evitados. E por que razão deveriam ser os conflitos como portadores de danos e, por esta razão, evitados?

Se se abandona o terreno judicial ou das disputas comerciais para pensar a conflituosidade na esfera da vida social e das relações sociais, sem pretender uma revisão exaustiva da rica literatura existente, seria possível encontrar na tradição do

⁶ Notável, sob todos os pontos de vista, o papel desempenhado como verdadeiro *think tank* pela Harvard University na formulação e difusão de modelos que serão incorporados ao vade-mécum neo-liberal, de que também é exemplo, como se verá mais adiante, a formulação e disseminação das metodologias de planejamento estratégico pela Harvard Business School mais ou menos na mesma época da obra de Fischer e Ury (Novais, 2010).

⁷ Com origem na resolução (privada) de conflitos comerciais entre grandes corporações (Dezalay; Garth, 1996) e impulsionada pela aprovação da Ley Modelo da United Nations Commission on International Trade Law (1985), a partir de 1990 houve uma onda de adesões à Convenção de Nova York sobre execução de sentenças arbitrais estrangeiras (1958) e reformas para a adoção de processos de negociação e arbitragem à margem dos sistemas judiciários estatais formais.

pensamento sociológico pelo menos duas grandes correntes acerca do lugar e papel do conflito na vida social.

De um lado, tem-se uma visão que se poderia designar de normativa, que pensa o conflito como manifestação de uma disfunção social. Em poucas palavras, esta concepção considera que se há conflito é porque algo está funcionando errado, há um desequilíbrio sistêmico. Um sistema social equilibrado, funcional, adequadamente regulado seria aquele em que os conflitos não comparecem, ou, pelo menos, em que os conflitos são pouco numerosos e acionam arenas e objetos que não dizem respeito aos fundamentos mesmos da organização social, ou, se se preferir, incidem sobre dinâmicas ou segmentos, aspectos ou dimensões secundárias, pouco significativas na estruturação e reprodução do sistema. A escola funcionalista parsoniana que dominou a academia anglo-saxônica na 2ª metade do século passado, e ainda exerce grande influência, vê o conflito como sintoma de uma disfuncionalidade sistêmica e, portanto, algo problemático e, potencialmente, ameaçador (cf, por exemplo, Parsons, 1949.)

Uma outra visão, antípoda, diria que um sistema é tanto mais pujante e dinâmico quanto mais capaz de gerar conflitos. Ao invés de sinalizar disfunções e desequilíbrios, os conflitos constituiriam dinâmicas, processos e sujeitos sociais que viabilizariam e operariam o permanente aperfeiçoamento do sistema ou, mesmo, em algumas visões, sua superação – através de reformas ou revoluções. É famosa a passagem com que Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, afirmam que “toda la historia de la sociedad humana, hasta la actualidad es una historia de luchas de clases”. e prosseguem: “Libres y esclavos, patricios y plebeyos, barones y siervos de la gleba, maestros y oficiales; en una palabra, opresores y oprimidos, frente a frente siempre, empeñados en una lucha ininterrumpida, velada unas veces, y otras franca y abierta, en una lucha que conduce en cada etapa a la transformación revolucionaria de todo el régimen social o al exterminio de ambas clases beligerantes” (Marx, Karl; Engels, Friedrich. 1848)

Aqui, o conflito, entendido como luta de classes, latente ou não, é não apenas constitutivo da vida social como positivado, pois portador da possibilidade de transformações radicais. (ver, também, Misse, 1981).

Como em quase todas as polaridades, existem as posições intermediárias. Assim, por exemplo, Simmel via o conflito como um elemento essencial da socialização (Simmel, 1903). E Lipset, importante pensador liberal estadunidense, afirma não haver uma

oposição radical entre Marx e Parsons (Lipset, 1985). Mas tanto Simmel quanto Lipset consideram que a conflituosidade é virtuosa e dinâmica ... sempre que e desde que se desenrole dentro de certos limites.

Desde os anos 1990, progressivamente se difundiram e impuseram concepções que pensam a cidade do mundo globalizado à imagem de empresas capitalistas em concorrência num mercado – mundial, continental, nacional ou regional, conforme o caso – de cidades (Vainer, 2000) . Diante do processo de globalização e do que se via como inexorável (para alguns, desejável) enfraquecimento dos estados nacionais, as cidades estariam condenadas a uma disputa para conquistarem um espaço de inserção global competitiva. Neste contexto ideológico, o planejamento estratégico, como modelo e método de planejamento, apresenta-se como alternativa justamente por ter sido engendrado e testado no mundo corporativo, nas empresas privadas. Concebido na Harvard Business School, foi transposto para o setor público e para as cidades⁸.

A cidade competitiva deve, necessariamente, ser capaz de estar coesa, em outros termos, tem que ser capaz de conter sua conflituosidade, através da geração de um consenso de toda a população. O consenso é essencial para que a cidade parta unida para a disputa com outras cidades, para que possa atrair capitais e turistas. Assim, um das condições para o sucesso é “a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante <...>” (Castells; Borja, 1996, p. 156 – ênfase do autor). Seria, pois, necessário “superar os enfrentamentos entre atores relacionados aos conflitos do dia a dia” (Castells & Borja, 1996, p. 166) e construir um “encontrar um consenso público-privado operativo” (Forn i Foxà, 1993).

O banimento da política e do conflito constitui, pois, elemento estratégico do planejamento estratégico urbano, concebido como “projeto consensual que transcenda um pouco o campo das filiações político-partidárias e que possa garantir aos investidores a permanência de certas escolhas” (Ascher, 1994, p. 91).

Não é difícil entender quão amistoso e convergente foi o encontro das propostas, modelos, retóricas e tecnologias de “prevenção e mediação de conflitos” com os novos modelos de cidade, retóricas e tecnologias do planejamento estratégico urbano. No caso

⁸ Foi decisiva a atuação dos consultores catalães e da empresa TUBSA - Tecnologies Urbanas Barcelona SA -, contratada por um consórcio empresarial para elaborar o Plano Estratégico do Rio de Janeiro (Vainer, 2000 b).

brasileiro, sob o governo de coalizão liderado pelo Partido dos Trabalhadores se constituiu um Grupo de Prevenção e Negociação de Conflitos Fundiários, e em várias cidades, sobretudo nos bairros populares e favelas, organismos para-judiciais, organizações policiais e organizações não governamentais passaram a promover processos de “resolução negociada de conflitos”, que podiam ter como objeto desde brigas domésticas e disputas entre vizinhos até processos de remoção de moradores em áreas de interesse do capital imobiliário ou alvo de grandes projetos.

Mas apesar de todos esforços, não desapareceram os conflitos dessa cidade negocial, isto é, simultaneamente a serviço dos negócios e voltada a eliminar a conflituosidade através da resolução negociada dos conflitos. No Rio de Janeiro, a primeira cidade latino-americana a ostentar orgulhosamente seu Plano Estratégico, elaborado com a consultoria daqueles que traziam para os trópicos a experiência vitoriosa de Barcelona, os conflitos tenderam a se multiplicar e agudizar face aos projetos urbanos que deveriam preparar a cidade para receber grandes eventos – Jogos Panamericanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa do Mundo de Futebol (2014), Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos (2016)⁹.

Neste contexto de acelerada subordinação da cidade aos grandes projetos, à indústria transnacional dos mega-eventos, aos grandes proprietários fundiários e às grandes empreiteiras emergiu uma experiência original de planejamento autônomo, nos moldes do que alguns autores vêm chamando de planejamento “radical” ou “insurgente” (Angotti, 2008; Holston, 1998; Meir, 2005; Mirafteb, 2009; Sandercock, 1998, 1999; ; Yiftachel, 2012; Yiftachel et al, 2013), e que nós temos preferido designar de “planejamento conflitual”. Trata-se de processos, metodologias, práticas que associam e subordinam os ritmos e modos de planejar espaços urbanos ao processo de lutas (Tanaka, 2017; Vainer et al, 2013; Tanaka, 2017).

Como teoria e perspectiva, como conceito, metodologia e prática inovadoras de Planejamento Urbano, o Planejamento Conflitual concebe e aciona a conflituosidade

⁹ No primeiro Plano Estratégico, assessorado pela TUBSA se lê: “A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996:52). Em 1996, também com consultoria da empresa catalã, com a participação dos mesmos Jordi Borja y Manuel de Forn que haviam assessorado o Plano Estratégico, o Rio de Janeiro submete sua candidature para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 (Vainer, 2016);.

urbana como fundamento, informação e dinâmica sobre a qual, e a partir da qual, se constroem políticas, planos e projetos. E, também, talvez sobretudo, sobre a qual, e a partir da qual, se constrói um novo sujeito planejador – um coletivo social, capaz de uma agência política na cidade. As propostas negociais supõem que os atores do jogo estão em campo e que são equipotentes, o planejamento conflitual supõe e propõe que sujeitos subalternos, contra-hegemônicos, somente se constroem no processo mesmo do conflito, da luta. No sentido que Thompson deu a sua monumental obra “The Making of English Working Class” (1991), o planejamento conflitual afirma que no conflito social, e apenas nele, é que pode desenrolar-se o processo de “making” de atores coletivos capazes e aptos a promover um direito à cidade que é muito mais que o direito a integrar-se e gozar dos benefícios da cidade que está aí, um direito à cidade que se configure como autogestão e que prefigure a sociedade urbana em seu devir.

Nessa perspectiva, o resgate que este artigo se propõe a fazer da experiência de planejamento conflitual conduzido pela Associação de Pescadores e Moradores da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, é também, e talvez sobretudo, a busca de entender como se constituiu o sujeito coletivo planejador, autônomo, contra-hegemônico, que ousou desafiar e contestar forças aparentemente incontestáveis, e que fez do Plano Popular da Vila Autódromo uma exemplo tão marcante das riquezas e potencialidades de processos conflituais na construção de uma nova cidade e um novo modo de planejar.

A Vila Autódromo, o plano e o conflito: emergência e afirmação de um novo sujeito coletivo

A presente seção está movida por uma tese: a Vila Autódromo, bairro popular na cidade do Rio de Janeiro contíguo e pré-existente ao Parque Olímpico dos Jogos Rio 2016, território visado pelos grandes interesses que moveram e movem a atual reestruturação do espaço, pode ser tomada como uma referência de espaço conflitual. Seus moradores, enquanto sujeitos da produção do espaço, lançaram mão de diversos instrumentos, recursos e estratégias para resistir ao projeto de cidade do chamado “urbanismo olímpico”, reinventar o espaço e reinscrevê-lo na esfera pública em nível local, metropolitano, regional, nacional e, em certo sentido, internacional.

Avalia-se que grande parte da força política desta experiência, tornada emblema da resistência popular aos Jogos 2016, está na capacidade imaginativa para desfigurar, em

diversas dimensões, os códigos do poder e reconfigurar o território urbano na luta, no processo político.

Para desenvolver a reflexão, a seção traz uma breve caracterização da Vila Autódromo como território disputado, mostra a mídia como instrumento ativo na produção do espaço, as violências institucionais no território como estratégias de poder, a escolha de lugares e espaços para a comunicação da luta, assim como as “gramáticas territoriais da insurgência” como mensagens em disputa.

Nós não somos uma ameaça ao meio ambiente, nem à paisagem nem à segurança de ninguém. Nós ameaçamos apenas aqueles que querem violar o nosso direito constitucional à moradia. Nós somos uma ameaça só para aqueles que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem aos seus interesses. Eles têm o plano deles, que quer nos apagar do mapa. Nós temos o nosso plano, que afirma o nosso direito de continuar a existir. Nossa história de luta agora tem continuidade no nosso Plano Popular. (Altair Guimarães, Presidente das Associação de Moradores das Vila Autódromo em depoimento no vídeo "Vila Autódromo: um bairro marcado para viver")

A Vila Autódromo está localizada em uma área de propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro às margens da Lagoa de Jacarepaguá, na Barra da Tijuca, principal área de expansão da produção imobiliária para média e alta renda no Rio de Janeiro. No terreno, também público, contíguo ao assentamento foi construído o Parque Olímpico, principal *cluster* de equipamentos esportivos das Olimpíadas 2016.

Figura 1: Inserir aqui figura com mapa de localização da Vila Autódromo, indicando a ocupação em 2011 e a área ocupada pelo Parque Olímpico.

Em 2009, quando o Rio de Janeiro foi anunciado como sede dos Jogos Olímpicos 2016, a Vila Autódromo era um pequeno assentamento popular com cerca de 1300 moradores. Desde 1993, a população resistia às iniciativas da Prefeitura que, com as justificativas mais variadas¹⁰, pretendia a remoção total do assentamento. A partir de 2009, as ameaças se tornaram progressivamente mais intensas.

¹⁰ Sobre este ponto ver Vainer *et al* (2013).

O consórcio que ganhou a licitação para o projeto imobiliário do Parque Olímpico foi formado por duas das maiores empreiteiras de obras públicas do Brasil – Odebrecht e Andrade Gutierrez – e pela empresa Carvalho Hosken S.A., grande proprietária de terrenos na Barra da Tijuca, especialmente nas vizinhanças do Parque Olímpico. É em terreno da Carvalho Hosken S.A. que, em maio de 2016, estava sendo finalizada a construção da Vila dos Atletas, empreendimento residencial lançado com o sugestivo nome de “Ilha Pura”. O que pode a Prefeitura negar a tão poderosos parceiros? E, por seu lado, o que procuraram negar os moradores da Vila Autódromo quando os tratores das remoções foram se tornando, a cada dia, mais ameaçadores? E como construíram essa experiência?

Efetivamente, as estratégias de resistência da Vila Autódromo acionaram recursos variados que agregaram desde a mobilização interna até a cooperação de aliados e apoiadores que abrangeram movimentos e articulações sociais¹¹, mídias alternativas, representantes de mandatos legislativos municipais, assessorias técnicas, ativistas individuais e instituições públicas, como a Defensoria Pública do Estado, que faz a defesa jurídica da comunidade desde os anos 1990 (VAINER *et al*, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2016).

Entre as estratégias desenvolvidas pelos moradores se destaca a elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, com assessoria de duas universidades federais, que buscava demonstrar a compatibilidade entre a permanência da comunidade e a implantação de equipamentos para os Jogos Olímpicos. Como as justificativas oficiais se apoiavam em argumentos supostamente “técnicos”, especialmente aqueles relacionados à proteção ambiental ou à impossibilidade de um projeto de urbanização, a universidade – uma autoridade com reconhecimento social no campo científico e técnico – era vista pelos moradores como um apoio necessário para atestar a possibilidade e a viabilidade das condições de permanência de toda a comunidade

O Plano Popular da Vila Autódromo rejeitava a remoção involuntária de qualquer morador e sua elaboração envolveu a realização de pesquisas de campo, aplicação de questionários, análise de documentos, fotos aéreas e bases cartográficas e um processo de discussão que culminou na produção de propostas nas áreas de habitação,

¹¹ Merece destaque a atuação do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, que, desde o início das pressões para remoção, acompanha e apoia a resistência dos moradores da Vila Autódromo. O Comitê é formado por um conjunto de “movimentos sociais, ONGs, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos/as pelas ações arbitrárias da prefeitura” (CPCO-RJ, 2014).

saneamento, infraestrutura, meio ambiente, serviços públicos e desenvolvimento cultural e comunitário, assim como na definição de estratégias de organização popular e comunicação (AMPVA, 2012).

No planejamento da Vila Autódromo, foram o contexto e a natureza do conflito que orientaram o processo de planejamento, o conteúdo das propostas e mesmo o desenho dos projetos (VAINER *et al*, 2013). Por isso pode ser lido como um processo de “planejamento conflitual”, em contraste não apenas com os processos de planejamento participativo produzidos nos espaços “convidados” dos órgãos públicos (MIRAFTAB, 2009), mas, também, com determinados processos autônomos, qualificados como “insurgentes” ou “radicais”, que se apoiam em documentos completos, estratégias ou orientações específicas que permanecem pouco alterados ao longo do processo.

No caso da Vila Autódromo, a dinâmica do conflito levou os sujeitos insurgentes a definir novos espaços políticos em diversos lugares e em múltiplas e simultâneas escalas. Atos públicos foram realizados em espaços urbanos de grande visibilidade, como a área central da cidade do Rio de Janeiro. Celebrações religiosas e rituais da vida social do bairro passaram a ser deliberadamente inscritos em novos espaços, como o da icônica Praia de Copacabana, a mais de 30 km de distância, atravessando escalas na busca de reconhecimento da luta do bairro popular. Por sua vez, lideranças locais buscaram, diversas vezes, espaços de enunciação e legitimação da sua luta, e participaram em sessões nacionais, como a da Comissão de Direitos Humanos do Senado, em setembro de 2015, e internacionais, como a da Assembleia das Nações Unidas, em Genebra, em junho de 2016.

Sucessivas tentativas de reunião, formalizadas em protocolos nas secretarias dos governos municipal e estadual, ou reuniões realizadas na Prefeitura e no Instituto de Terras do Rio de Janeiro – ITERJ, revelam que houve permanente movimento dos sujeitos do conflito ao longo dos anos, e em diversas escalas, entre os “espaços inventados”, das lutas, ocupações e insurgências e os “espaços convidados”, das instituições públicas onde buscaram alargar as chances de negociação do Plano. Neste processo, o par analítico “*invited spaces*” e “*invented spaces*”, de Faranak Miraftab (2004), caracterizou este intenso e necessário trânsito entre os primeiros - espaços formais de participação - e os segundos - aqueles criados e forjados na luta. Neste movimento, os sujeitos do conflito buscavam redefinir possibilidades, acionar instrumentos e ocupar espaços nas diversas situações de confronto.

O primeiro documento com os princípios e propostas principais do Plano Popular foi concluído apenas dois meses após o início do processo de planejamento e o embate permanente com a Prefeitura exigiu ajustes na temporalidade incerta, nas etapas imprecisas e imprevisas do processo de luta e resistência dos moradores.

De acordo com a dinâmica do conflito, o combate enfatizou o campo jurídico – com o suporte da Defensoria Pública, - ou a promoção de articulações políticas – seja com outros movimentos de atingidos pelos megaeventos ou mediante articulações sociais mais amplas por meio da realização de eventos e festas, manifestações públicas, entre outras ações.

Na análise realizada até o desfecho do conflito, em 2016, e iniciada no ano 2009, com o anúncio da candidatura vitoriosa do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos, destaca-se que a relativa coesão daquelas pouco mais de vinte famílias que resistiram até o fim – ainda que com variadas, alternantes e voláteis divisões internas – é enfatizada frente à dispersão dos moradores violentamente removidos ou indenizados com valores próximos ou iguais aos de mercado, fato inédito em processos de remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro.

Ao invés da desolação da destruição quase total da comunidade (em maio de 2016 apenas 10 casas permaneciam de pé), preferiu-se, neste texto, enfatizar as possibilidades de aprendizado e emancipação que transformaram todos aqueles que participaram do processo – moradores e apoiadores. Destacamos, também, a vitória daquelas 20 famílias cuja resistência levou ao compromisso firmado em contrato assinado pela Prefeitura com a Defensoria Pública que garantiu a realização de projeto de urbanização e a construção, no território da Vila Autódromo, de novas casas em lotes individuais para todas as famílias resistentes, residências com dimensões e características bem mais favoráveis do que aquelas oferecidas no conjunto habitacional erguido pela Prefeitura em outra área.

O atual aparato de produção simbólica, impulsionado pela coalizão de forças que comanda esse projeto de cidade – empresários, políticos de diversas esferas de governo e Comitê Olímpico Internacional (COI) e a mídia empresarial - promove a 'parque tematização' da cidade, com imagens de espaços a serem consumidos em escala mundial, uma espécie de “urbanização” (MUÑOZ, 2008) da “Cidade Maravilhosa” e, desde então, “olímpica”. Cenários “pacificados”, diferenças diluídas, desigualdades

apagadas e valores homogeneizados têm consequências a longo prazo, como apontou Broudehoux (2014, 2018), a partir de estudos sobre as Olimpíadas de Beijing (2008) e do Rio de Janeiro (2016). A espetacularização do espaço e o *branding* do lugar têm suas contrafaces, com efeitos sobre a apropriação dos espaços públicos, a construção da cidadania e as conquistas de direitos urbanos. Para a operação desta “máquina do espetáculo” (OLIVEIRA, 2015), percebe-se a intensa atuação dos grupos de mídia hegemônicos nacionais, que buscam vender a cidade renovada e pacificada.

O Plano Popular da Vila Autódromo buscou desfigurar os códigos de poder e reconfigurar o território na luta. Se o espaço é construído a partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas, desde a global até a escala da cidade, dos bairros e da casa, o plano constituiu a oportunidade histórica não apenas para reconstruir o lugar – terra arrasada – mas também para (re)inscrevê-lo num conjunto de relações e escalas que colocam a Vila Autódromo como um lugar, conhecida e debatida pelo Brasil afora, mas também na América Latina e em outros países periféricos, além de ter sido alçado a caso emblemático em determinados âmbitos internacionais, na defesa dos direitos humanos e do direito à moradia¹².

O global, o local, o nacional se conectam nas estratégias de luta da Vila Autódromo e refletem e representam as realidades dos vários lugares invisibilizados pelo poder. O Plano Popular da Vila Autódromo, que, ao longo do tempo, foi sendo transformado e atualizado para refletir as mudanças impostas pelas demolições, foi a primeira ação política que evidenciou a comunidade como um lugar que existe, que resiste e que tem direitos que foram sendo sistematicamente desrespeitados pelo Poder Público. Os moradores da Vila Autódromo reestruturaram cotidianamente seu território, durante mais de sete anos, a partir de ações visíveis e invisíveis que respondiam ativamente à materialidade da violência e coerção evidenciadas pela gradativa e intencional degradação do espaço social. Na luta da Vila Autódromo pela moradia e pelo direito à cidade, a ação política continua sendo materializada, exposta e atualizada no território.

Aqui se torna útil recorrer à categoria “gramática territorial”, sugerida por Guterman, Sánchez e Laiber (2015, p.110), que busca motivar análises relacionais no espaço, ao

¹² Em dezembro de 2013 o Plano Popular da Vila Autódromo foi o grande vencedor do Deutsche Bank Urban Age Award, promovido pela universidade britânica London School of Economics and Social Sciences. Dentre os mais de 160 planos e projetos orientados para diversas áreas populares da metrópole, o PPVA explicitou os sujeitos coletivos que mobilizaram o planejamento como efetivo instrumento de luta.

mapear ações territoriais dos sujeitos da coalizão dominante e os sujeitos do campo da resistência. Define-se tal categoria como um conjunto de ações combinadas e reconhecíveis nos territórios, em suas inscrições espaciais e deslocamentos, nas relações transescalares que os sujeitos estabelecem, nas suas escolhas locacionais conforme diferentes conjunturas, no uso de instrumentos comunicacionais nos espaços públicos, no acionamento de contrapontos às imagens oficiais dos lugares, na subversão de sentidos tradicionais atribuídos aos lugares urbanos e edifícios emblemáticos, na busca de centralidade até mesmo sob os holofotes da grande mídia corporativa, pela cuidadosa inscrição territorial dos conflitos. A gramática inventiva dos moradores da Vila Autódromo enquanto sujeito coletivo, mediante o Plano e suas correlatas ações espaciais, desafia as chamadas “geometrias de poder” (MASSEY, 2008), seja nas corporgrafias e micro resistências ou nas grandes manifestações nos espaços públicos. Interferem, assim, nas formas relacionais dos sujeitos, na busca pelo alargamento da democracia no espaço da metrópole.

Referências bibliográficas:

AMPVA – Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. *Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural*. Rio de Janeiro: AMPVA, 2012.

ANGOTTI, Tom. Advocacy and Community Planning: Past, Present and Future. In *Progressive Planning*. Planners Network, apr./2007.

ANGOTTI, Tom. Community planning without displacement: strategies for progressive planning. In: Angotti, Tom. *New York for sale: community planning confronts global real state*. 1º ed. Massachusetts: MIT Press, 2008. p. 1-34.

ASCHER, François. “Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce”. In *Cadernos IPPUR*, ano VIII, n. 1, abril/1994, pp. 83-96.

BELISÁRIO, A. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. *Agência Pública*, 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/>>. Consultado em: 29 de abril de 2016.

BONDUKI, Nabil. *Entre a academia e a política: uma trajetória entrelaçada*. Memorial de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

- BROUDEHOUX, A.M. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkinismo, a mídia e a periferia. In: SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F.; NOVAIS, P. *A Copa do Mundo e as Cidades*. Niterói, EDUFF, 2014.
- Busquet, Grégory. “L’Espace Politique chez Henri Lefebvre: l’Idéologie et l’Utopie”. In *Justice Spatiale/Spatial Justice*, déc 2012/déc 2013, n. 5. Extraído de <https://www.jssj.org/article/lespace-politique-chez-henri-lefebvre-lideologie-et-lutopie/>, acesso em 10/05/2020.
- CARDOSO, A. L. *Construindo a Utopia: Modernidade e Urbanismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988.
- CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In *Novos Estudos CEBRAP*, n.45, julho/1996, p. 152-166.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO (CPCO-RJ). *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCO-RJ, 2014.
- COSENTINO, R. *Barra da Tijuca e o projeto olímpico: A cidade do capital*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.
- DAVIDOFF, Paul. Advocacy and pluralism in planning. In: *JAPA – Journal of the American Institute of Planners*. Vol. 31, ed. 4, pag. 331-338, 1965.
- Dezalay, Yves; Garth, Bryant G. *Dealing in virtue: international commercial arbitration and the construction of a transnational legal order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- FARIA, José Ricardo V.; PONTES, Daniele R. Planejamento militante: trajetória e instantâneos da experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa. In: OLIVEIRA, F. L.; SÁNCHEZ, F.; TANAKA, G. M. ; MONTEIRO, P. . Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. 1a. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1, p. 231-268.
- Fischer, Roger; Ury, William. *Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving in*. Boston, Houghton Mifflin Company. 1981
- Forn i Foxà, Manuel. *Barcelona: estrategias de transformación urbana y económica*, s.l, mimeo, 1993.

GUSMÃO DE OLIVEIRA, N. O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ e ANPUR, 2015.

GUTERMAN, B.; SÁNCHEZ, F.; LAIBER, P. Rio Olímpico 2016: Ciudad Maravillosa es la que Lucha. In: ARICO, G. MANSILLA, J.A.; STANCHIERI, M.L. *Mierda de ciudad. Una rearticulación crítica del urbanismo neoliberal desde las ciencias sociales*. Barcelona: Pollen Edicions, 2015.

HOLSTON, James. Spaces of insurgent citizenship. In Sandercock, Leonie. *Making the invisible visible: a multicultural planning history*. Berkeley, University of California Press, 1998.

INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA (IMD). “Quem são os proprietários do Brasil?” [sítio na Internet]. Disponível em <<http://proprietariosdobrasil.org>>. Acesso em: 1 de março de 2016.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House, 1961.

JEUDY, H.-P.; JACQUES, P. B. (orgs.). *Corpos e cenários urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006.

LEFEBVRE, Henri. Utopie Expérimentale: pour um Nouvel Urbanisme. In: *Revue Française de Sociologie*, année 1961, vol. 2, n. 2-3, pp. 191-198 – p. 1920

LIPSET, Seymour Martin. *Conflict and consensus: essays in political sociology*. New Brunswick, New Jersey, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). *Manifiesto del Partido Comunista*. *Extraído de* <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/48-manif.htm>; *acesso em 10/05/220*

MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. *Space, place, and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MEDEIROS, M. Parque Olímpico 2016: irregularidades no processo de concessão administrativa. In: VAINER, C.; BROUDEHOUX, A.M.; SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F. L. (Org.). *Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

- MEIR, Avinoam. Bedouin, the Israeli state and insurgent planning: Globalization, localization or glocalization? In: *Cities, Volume 22, Issue 3, June 2005, Pages 201-215*;
- MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the global South. In: *Planning Theory*, February, vol. 8, 2009. (pp. 32-50)
- MIRAFTAB, F. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. *Wagadu*, ISSN: 1545-6196, Vol.1, 2004.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. In: "Planning Theory", Vol.8, p. 32-50; SAGE Publications, 2009.
- MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>>. Acesso em: fev./2017.
- MISSE, Michel. Sobre o conceito de Conflito Social. In: *Direito e Conflito Social*, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1981.
- MUÑOZ, F. Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.
- Novais, Pedro. Uma Estratégia Chamada "Planejamento Estratégico": deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano". Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- OLIVEIRA, F. L.; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G. A batalha da Vila Autódromo: "negociação" e resistência à remoção. In: VAINER, C.; BROUDEHOUX, A.M.; SÁNCHEZ, F.; OLIVEIRA, F. L. (Org.). *Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- OLIVEIRA, F. L.; SÁNCHEZ, F.; TANAKA, G. M. ; MONTEIRO, P. . Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. 1a. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 414p .
- OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; TANAKA, Giselle. Rio de Janeiro: social and urban impacts of the Maracanã stadium renovation. In: NOBRE, Eduardo C. (Ed.). *Sports Mega-events and Urban Legacies*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

OLIVEIRA, Fabricio L.; SANTANA, Caroline; SANTOS, Fernanda S. ; TANAKA, Giselle M. ; MEDEIROS, Mariana; MONTEIRO, Poliana G.; MOREIRA, Poliana C.; COSENTINO, Renato. . Planejando contra a corrente: o caso do Plano Popular das Vargens, Rio de Janeiro, RJ. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal, RN. Anais do XVIII ENANPUR. Natal, RN: ANPUR, 2019.

OLIVEIRA, Fabricio L, VAINER, Carlos B.; MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; BRAATHEN, Einar . Mega-events, legacies and impacts: notes on 2016 Rio de Janeiro Olympics. International Journal of Urban Sustainable Development, v. 1, p. 1-14, 2019.

OLIVEIRA, Nelma G. O Poder dos Jogos e os Jogos do Poder. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PARSONS, Talcott. Social classes and class conflicts in the light of recent sociological theory. The American Economic Review, 1949.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro: CRJ/ACRJ/FIRJAN, 1996.

REAL ACADEMÍA ESPAÑOLA. Diccionario de Lengua Española, 2019, edición del tricentenário. Extraído de <https://dle.rae.es/prevenir?m=form>, acesso em 10/05/2020)

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Coord). Produção imobiliária e uso do solo urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

SÁNCHEZ, F. (Org.); BIENENSTEIN, G. (Org.) ; OLIVEIRA, F. L. (Org.) ; NOVAIS LIMA JR., P. (Org.) . A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio L.; BIENENSTEIN, G. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera. Advir (ASDUERJ), v. 35, p. 94-104, 2016.

SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio L.; MONTEIRO, Poliana G. Vila Autódromo in dispute: subjects, instruments and strategies to reinvent the space. Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais (ANPUR), v. 18, p. 408-427, 2016.

SANDERCOCK Leonie. “Framing Insurgent Historiographies for Planning.” In Sandercock, L. (ed.) *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History*. Ed. Leonie Sandercock. Berkeley: University of California Press, 1998.

SANDERCOCK, Leonie. *Planning's Radical Project. What's the Pedagogy?*. Planners Network, 1999. Extraído de <http://www.plannersnetwork.org/publications/>, acesso em 10/05/2020.

SIMMEL, Georg. “The Sociology of conflict”; in *American Journal of Sociology* 9, 1903, pp. 490-525. Extraído de http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html), acesso em 10/05/2020).

SWYNGEDOUW, E. *Authoritarian Governance, Power and the Politics of Rescaling. Environment and Planning D: Society and Space*. 18: 63-76, 2000.

TANAKA, Giselle. “Planejar para Lutar e Lutar para Planejar”: Possibilidades e Limites dos planejamentos alternativos. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TANAKA, Giselle M. (Org.); OLIVEIRA, Fabricio L. (Org.); SÁNCHEZ, Fernanda (Org.); BIENENSTEIN, Regina (Org.); BIENENSTEIN, Glauco (Org.); VAINER, Carlos (Org.); COSENTINO, Renato (Org.); MEDEIROS, Mariana (Org.); MONTEIRO, Poliana (Org.). *Viva a Vila Autódromo. O Plano Popular e a luta contra a remoção*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2018. v. 1. 416p.

TANAKA, Giselle M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; SANTOS, Fernanda S.; SILVA JUNIOR, Luis Régis C. *Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade*. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela. (Org.). *2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. 1ed. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2019, v. 1, p. 834-865.

THOMPSON, E. P. (1991). *The Making of the English Working Class*. Toronto: Penguin Books, 1991.

VAINER, Carlos (2000a). “Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a Estratégica Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Erminia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, pp. 75-103.

VAINER, Carlos (2000b). Os Liberais Também Fazem Planejamento Urbano? Glosas ao “Plano Estratégico do Rio de Janeiro”. In Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Erminia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, pp. 105-119.

VAINER, Carlos. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 135-154, 2003.

VAINER, Carlos; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camila; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. *Anais do XV ENANPUR*. Recife: ANPUR, 2013.

VAINER, Carlos. Rio de Janeiro’s Strategic Plan: The Olympic Construction of the Corporate Town. In: Albrechts, Louis; Balducci, Alessandro; Hillier, Jean. (Org.). *Situated Practices of Strategic Planning: an international perspective.. 1ed.* London/New York: Routledge, 2016, p. 275-290.

VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne-Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio L. Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas. 1a. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v. 1. 512p.

YIFTACHEL, Oren. Critical theory and “gray space”. Mobilization of the colonized. IN: Brenner, Neil; Marcuse, Peter; Mayer, Margit (ed.). *Cities for people, not for profit. Critical urban theory and the right to the city*. Routledge: Oxon, UK/New York, USA, 2012.

YIFTACHEL, Oren et al. A Master Plan for the Unrecognized Bedouin Villages. In the *Negev Selected Parts*, 2013.